



Subsecretaria de Análise
S. F.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXIX — Nº 55

SÁBADO, 25 DE MAIO DE 1974

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 76ª SESSÃO, EM 24 DE MAIO DE 1974

1.1 — ABERTURA

1.1.1 — Requerimentos

— Nºs 80 e 81/74, de homenagens de pesar pelo falecimento do General-de-Exército Vicente de Paulo Dale Coutinho, Ministro de Estado do Exército. **Aprovado.**

1.2 — FALA ASSOCIATIVA DA PRESIDÊNCIA

1.3 — LEVANTAMENTO DA SESSÃO E DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA.

2 — REPUBLICAÇÃO

Trecho da Ata da 73ª Sessão, realizada em 22-5-74.

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — ATAS DAS COMISSÕES

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 76ª SESSÃO, EM 24 DE MAIO DE 1974

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 7ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. PAULO TORRES

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — José Guimard — Geraldo Mesquita — Flávio Britto — José Lindoso — José Esteves — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — José Sarney — Fausto Castelo -Branco — Petrônio Portella — Helvídio Nunes — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Luís de Barros — Jessé Freire — Domicio Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — João Cleofas — Paulo Guerra — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Paulo Torres — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — José Augusto — Magalhães Pinto — Carvalho Pinto — Franco Montoro — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Emival Caiado — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Itálvio Coelho — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Mattos Leão — Otávio Cesário — Antônio Carlos — Celso Ramos — Lenoir Vargas — Daniel Krieger — Guido Mondin — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — A lista de presença acusa o comparecimento de 65 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 80, DE 1974

Requeremos, ouvido o Plenário nos termos do artigo 239, II, c, do Regimento Interno, em virtude do falecimento, esta madrugada, do General-de-Exército, Vicente de Paulo Dale Coutinho, Ministro de Estado do Exército, a quem o Senhor Presidente da República concedeu as honras de Chefe de Estado, sejam prestadas as seguintes homenagens pelo Senado:

- a) inserção em Ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família; e
- c) levantamento da sessão.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1974. — **Petrônio Portella.**

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Chefe da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER

Chefe da Divisão Industrial

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00

Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido
de Cr\$ 0.30)

Tiragem: 3 500 exemplares

REQUERIMENTO Nº 81, DE 1974

2

Requeremos, na forma regimental, e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Ministro de Estado do Exército, General-de-Exército Vicente de Paulo Dale Coutinho.

a) inserção em Ata de um voto de profundo pesar;

b) representação nos funerais;

c) apresentação de condolências à família e ao Estado de São Paulo;

d) levantamento da sessão.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1974. — **Benjamin Farah — Ruy Carneiro — Franco Montoro.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Em votação o Requerimento nº 81, de autoria do Senador Petrônio Portella.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em consequência, deixa de ser submetido a votos o segundo requerimento, por tratar-se de matéria idêntica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — A Mesa associa-se às justas homenagens prestadas pelo Senado ao ilustre homem público, General-de-Exército Vicente de Paulo Dale Coutinho, falecido esta madrugada, e determina que lhe sejam prestadas as homenagens requeridas.

De acordo com a deliberação do Plenário, encerrarei a presente sessão, designando para a próxima, a realizar-se dia 27, segunda-feira, a seguinte

ORDEM DO DIA

I

Votação, em turno único, do Requerimento nº 75, de 1974, de autoria do Senhor Senador Franco Montoro, que, nos termos do art. 196, I, do Regimento Interno, solicita a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 62, de 1973, daquele Senhor Senador, submetendo à fiscalização financeira dos Tribunais de Contas as pessoas jurídicas de direito privado de que o Poder Público participe como acionista exclusivo ou majoritário.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 19, de 1974 (apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 169, de 1974), que suspende, no § 1º do art. 789 da Consolidação das Leis do Trabalho, as expressões "o Juiz e", declaradas inconstitucionais por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida nos autos do Recurso Extraordinário nº 75.390, do Distrito Federal, em 24 de outubro de 1973.

3

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 297 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 23, de 1974, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que vincula a Superintendência Nacional de Marinha Mercante (SUNAMAM) ao Ministério da Marinha, tendo PARECER, sob nº 162, de 1974, da Comissão.

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se às 14 horas e 45 minutos.)

TRECHO DA ATA DA 73ª SESSÃO, REALIZADA EM 22-5-74, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM ERRO DE DISPOSIÇÃO DA MATÉRIA, NO DCN — SEÇÃO II — DE 23-5-74, NA PÁGINA 1.688, 1ª COLUNA.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Senador Amaral Peixoto.

O SR. AMARAL PEIXOTO (Rio de Janeiro) (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o Município de Itaperuna, que já foi um dos maiores do Estado do Rio, compreendendo todo o Norte do Estado, desde o Espírito Santo até Minas Gerais, comemorou há pouco o aniversário da sua emancipação política. E o fez de um modo muito significativo, dando uma demonstração do seu trabalho, das suas atividades, sobretudo no setor rural.

O município, no passado, foi o maior produtor de café do Brasil. Chegou a produzir 350 mil sacas. Não havia, nem mesmo em

São Paulo, qualquer outro que o ultrapassasse. Depois, foi desmembrado e eu mesmo, como interventor, criei o Município de Bom Jesus, no vale do Itabapoana, junto ao Espírito Santo. E, mais tarde, a Constituição do Estado criou mais dois municípios: o de Natividade e o de Porciúncula.

A demonstração que fizeram foi bem importante. Por ela vimos como aquela região cafeeira soube transformar-se rapidamente, fazendo a erradicação de todos os seus cafezais. Mas há grandes queixas contra o IBC, que não pagou o que era devido. O município transformou-se no começo em produtor de arroz, mais tarde de algodão e, hoje, é um grande centro pecuário da terra fluminense, tendo a sua cooperativa uma produção diária de 130 mil litros de leite, atualmente.

É sempre proveitoso para nós, representantes do povo, ir ao interior e lá conviver com os homens da localidade, com os fazendeiros, com os prefeitos, com os vereadores, com os produtores, com os pequenos comerciantes, sentindo o que precisam. Trago, assim, algumas reivindicações que me foram presentes.

O Sr. Vasconcelos Torres (Rio de Janeiro) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. AMARAL PEIXOTO (Rio de Janeiro) — Com muita honra.

O SR. Vasconcelos Torres (Rio de Janeiro) — O Município de Itaperuna, no Norte fluminense, deve muito a V. Ex^a: as suas estradas, as escolas. É um depoimento que, a bem da verdade e da honestidade política, tem que ser dado: V. Ex^a jamais, à testa do Executivo, descuidou daquela área que hoje se está constituindo num problema, dado o êxodo rural que, infelizmente, se vem acentuando em toda a região. Quero solidarizar-me com V. Ex^a porque, onde V. Ex^a esteve, no dia 10 de maio, eu também estive e esse elogio que V. Ex^a faz à Cooperativa é muito merecido, pois é uma das melhores do Brasil, contando com esse espírito de solidariedade de todos os pecuaristas e agricultores de Itaperuna. Coube a V. Ex^a, por exemplo, implantar as bases para que fossem construídos silos em Itaperuna. Depois, o Governador Roberto Silveira procurou pô-los em funcionamento, mas, hoje, V. Ex^a sabe que, tristemente, esses depósitos se estão enferrujando. Numa área de produção rizícola acentuada bem poderiam ser aproveitados, esses armazéns, que ali, graças à clarividência de V. Ex^a, foram construídos. Itaperuna, que é um orgulho do Estado do Rio, teve de V. Ex^a esse apoio, e agora com as palavras que o meu eminente companheiro de representação fluminense tece, sou sugestionado a interromper o seu discurso, para solidarizar-me com as referências feitas a uma terra em cujo futuro acredito e que nós três, Senadores; aqui, iremos, na medida da nossa alçada, ajudar a colocar na posição de destaque, que já teve no passado, e que pode perfeitamente recuperar, porque se foi o grande centro da cafeicultura, depois da rizicultura, da pecuária, pode ter novas fontes econômicas, para se agigantar não só dentro do próprio Estado do Rio, mas na área vizinha a Minas Gerais e ao próprio Espírito Santo.

O SR. AMARAL PEIXOTO (Rio de Janeiro) — Agradeço o aparte, Sr. Senador Vasconcelos Torres. V. Ex^a fala ligado pela grande amizade que nos une e pela atuação que juntos tivemos no passado. Mas tocou num ponto que é a razão principal de eu estar, neste momento, na tribuna, quando fala nas estradas que construí, sobretudo a que liga Itaperuna a Campos — capital econômica e cultural do Norte fluminense.

Foi construída por mim, iniciei o seu asfaltamento, terminado por um dos meus sucessores, o saudoso Governador Roberto Silveira, e conservada em excelentes condições quando V. Ex^a dirigiu o Estado do Rio de Janeiro.

O percurso que fiz, mais de uma vez, em menos de quarenta minutos, agora efetuei em uma hora e meia, quando fui encontrar-me com V. Ex^a, em Campos, para as homenagens a José do Patrocínio, porque a estrada foi totalmente abandonada e, mais do que isso,

levantaram o asfalto para alargar a estrada, para renovar o capeamento, não pagaram, segundo se propala na região, aos empreiteiros, e eles tiraram as máquinas. Ali passei no mês de dezembro. E encontro a estrada, agora, no mesmo estado. É este o apelo que os homens que trabalham em Itaperuna, — os criadores, os fazendeiros, os comerciantes — me pedem para, desta Tribuna, fazer ao Governador do Estado.

Outros pontos foram tocados, relativamente a Itaperuna, e eu quero aproveitar a oportunidade para focalizá-los. Um deles, que não se relaciona apenas com Itaperuna, mas que interessa a todo o Brasil, é o problema dos vereadores. No início desta sessão, o nosso eminente colega Senador Nelson Carneiro falou sobre o assunto. Mostrou a dificuldade que têm os partidos políticos de encontrar quem queira candidatar-se à Câmara Municipal, porque o vereador é obrigado a se deslocar para a sede, a pagar a condução e, muitas vezes, a pagar a alimentação e até o pernoite. No entanto, somente os municípios de mais de 200.000 habitantes têm direito de remunerar os representantes do seu povo. Assim, somente os homens de dinheiro, os homens de recursos podem dar-se ao luxo de ser vereadores. Dizem que o Governo da República está cogitando do assunto e eu faria, daqui, um apelo ao Líder da ARENA, sempre tão solícito às nossas reivindicações, o eminente Senador Virgílio Távora, porque S. Ex^a deve estar sentindo o mesmo problema no seu Estado, no Ceará, para que mostre ao Senhor Presidente da República a necessidade de uma providência. A modificação da Constituição, através de emenda, ou de outro modo, para permitir que os cofres municipais paguem pelo menos as despesas de viagem aos Vereadores que comparecerem às sessões.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — V. Ex^a da licença para um aparte?

O SR. AMARAL PEIXOTO (Rio de Janeiro) — Com muita honra.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Acolhemos com prazer o prego do nobre Líder da Oposição e diremos a S. Ex^a que, por coincidência, somos daqueles representantes, nesta Casa, que mais se batem, junto às altas autoridades do País, no setor Executivo, para que uma solução seja dada a este problema, que, no momento, está posto em bases irreais. Dizia pessoa que nos era muito cara, nosso genitor, que o trabalho mais caro é o gratuito, aquele que não é remunerado. Da mesma maneira poderíamos acrescentar que é também o mais mal executado. A falta de remuneração de Vereadores, fixado apenas o critério do limite populacional para a exceção, faz com que o nível da Câmara desses representantes, nas diferentes comunas, máxime as interioranas, baixe inegavelmente de legislatura em legislatura.

Neste ponto estamos os dois, como em tantos outros, nobre Líder, de pleno acordo e prometemos a V. Ex^a novos esforços fazer, junto a quem de direito, para que seja sanada esta falha da nossa Constituição.

O SR. AMARAL PEIXOTO (Rio de Janeiro) — Muito obrigado. V. Ex^a prestará um serviço não ao seu Partido, não ao meu Partido, mas ao Brasil.

Enquanto mantinha diálogo com o Presidente Castello Branco, logo depois da Revolução e antes da dissolução dos partidos políticos, tive oportunidade de conversar com S. Ex^a e percebi que ele estava mal informado. S. Ex^a não compreendia que um Vereador, que estava na mesma cidade, tivesse despesas para comparecer à sessão. Mostrei-lhe, então, que na minha cidade, Petrópolis, o Vereador que representava o meu distrito gastava, àquela época, mais de Cr\$ 5,00 atuais, para poder ir, de ônibus, assistir a uma sessão. Maior, ainda, era a despesa quando ele tinha que almoçar ou jantar e, às vezes, pernoitar na cidade, porque não havia ônibus de volta para São José do Rio Preto.

S. Ex^a, que era homem altamente inteligente, deixou-se impressionar com o argumento. Mas, logo depois, os fatos se precipitaram; S. Ex^a não teve mais diálogo com os políticos e o resultado aí está, nesta Constituição, que tomou medida tão drástica que vem comprometendo a representação municipal, das mais importantes para a vida política do País, pois são os homens que têm contato direto com o povo; os homens que atendem às reclamações imediatas do povo.

Sr. Presidente, outro assunto que me traz a esta tribuna é um ofício da Câmara Municipal de Araruama, em que os vereadores pedem que fale, chamando a atenção do Governo, sobre o projeto apresentado pelo Deputado Etelvino Lins, no sentido de que as despesas com transportes e alimentação dos eleitores, nos dias de pleito, sejam feitas pela Justiça Eleitoral.

O projeto, como está, é inconstitucional, porque causa despesas e nós não podemos apresentar projeto nesse sentido.

Mas, segundo é também noticiado — mais uma vez eu apelaria para o Líder da ARENA — o Governo pode enviar mensagem que tiraria o vício do projeto, corrigiria o seu aspecto inconstitucional, e nós poderíamos resolver este problema, que é uma das causas da corrupção nos dias de eleição. Porque somente quem dispõe de grandes recursos pode-se dar ao luxo de oferecer transporte fácil e alimento aos eleitores.

Essa mensagem, que me foi enviada pela Câmara Municipal de Araruama, merece também a minha atenção e espero que os eminentes membros do Senado pensem no assunto, que é do interesse do povo.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Com prazer, transmitiremos também esse apelo de V. Ex^a, fazendo-o nosso.

O SR. AMARAL PEIXOTO (Rio de Janeiro) — Muito obrigado a V. Ex^a.

Sr. Presidente, como vê, as viagens de um congressista ao interior, para contato com o povo, são sempre produtivas. Evito ocupar esta tribuna em casos pessoais, mas, quando se trata da coletividade, quando os homens do meu Estado apelam para mim, não posso deixar de fazê-lo.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Senador Antônio Carlos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS (Santa Catarina) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Há fatos que, apesar de seu caráter específico e repercussões limitadas a determinada área geográfica ou contingente da população, merecem, pela sua singularidade e expressão, um registro maior, que permita o seu conhecimento por toda a comunidade do País. Dessa espécie é aquele que julgo do meu dever focalizar hoje, desta alta tribuna.

Desejo referir-me ao funcionamento do sistema do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, como instrumento de amparo e recuperação das economias das classes média e pobre, atingidas duramente pelos catastróficos efeitos das enchentes ocorridas na região sul do meu Estado, em março último.

A Casa e o País têm viva lembrança dos acalorados debates que marcaram a tramitação, no Congresso Nacional, do projeto de lei encaminhado pelo Exm^o Sr. Presidente da República, o saudoso Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, criando o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço como meio equivalente do direito de estabilidade com indenização ao trabalhador despedido.

A par do aspecto da constitucionalidade da proposta, o seu mérito foi objeto da maior controvérsia. Muitas vozes autorizadas, não raro inspiradas em razões de boa-fé, contestaram o sistema, alegan-

do dano às classes assalariadas. Participei dos trabalhos da Comissão Mista que examinou o projeto e fui presente aos debates em plenário, colocando-me sempre, com a minha voz e com o meu voto, em favor da medida autenticamente revolucionária. Hoje, creio que não há maiores dúvidas quanto ao acerto da providência legislativa, que permitiu a criação de um fundo capaz de atender aos vultosos investimentos destinados à execução do Programa de Habitação, Saneamento Básico e obras de urbanização e destinado a garantir a manutenção do trabalhador na hipótese de dispensa.

Por outro lado, coube-me, também, relatar projeto que, alterando a sistemática do Fundo, no que toca à fixação das taxas de juros dos depósitos das contas dos trabalhadores, seus beneficiários, permitiu a redução dos ônus que recaem sobre os contratos de financiamento da casa própria.

Ultimamente, uma série de proposições legislativas, uma delas de autoria do nobre Sr. Deputado Arnaldo Prieto, atual titular da Pasta do Trabalho e Previdência Social, vêm pleiteando que a faculdade de opção pelo sistema do Fundo de Garantia seja, muito justamente, ampliada, numa prova incontestável da excelência do sistema. O Projeto Arnaldo Prieto hoje é lei.

Agora, Sr. Presidente, tenho a honra de assinalar que, obedecendo às suas altas finalidades, o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço atendeu, de modo extraordinário, à população flagelada do meu Estado. O Coordenador do sistema, Dr. Edmo Lima de Marca, acaba de me comunicar que, cumpridas as exigências legais nas duas micro-regiões do sul de Santa Catarina, que alcançam 32 Municípios, 16.000 titulares do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço operaram saques em seus depósitos num valor aproximado de vinte milhões de cruzeiros, o que lhes permitiu recursos para a recuperação de seus bens móveis e imóveis, parcial ou totalmente destruídos pela calamidade. Outros pedidos da mesma natureza estão sendo objeto de estudo.

De igual modo, o Fundo tem atendido, em situações de emergência, os trabalhadores avulsos, cujos sindicatos têm obtido autorização para a realização de saques, desde que comprovada a insuficiência, durante período considerável, da remuneração de seus associados. É o que ocorreu com o Sindicato dos Arrumadores de Imbituba, porto carvoeiro de meu Estado.

Verifica-se, pois, que a par de suas finalidades precípuas o sistema vem atendendo a casos especiais, como os que acabo de aludir. Vale, aqui, ressaltar ainda a presteza com que operou o sistema, atendendo em tempo e a hora aqueles que foram prejudicados pelas enchentes e às graves necessidades da coletividade trabalhadora atingida pela crise.

Fica, deste modo, mais uma vez comprovado o acerto da providência, em boa hora adotada pelo Governo. E mais, o Fundo de Garantia ganha, do ponto de vista social, dimensão excepcional na gestão do eminente Ministro Maurício Rangel Reis.

O registro que faço vale, também, como um agradecimento ao governo do Exm^o Sr. Presidente da República, General Ernesto Geisel, pela maneira firme e decidida como tem agido na adoção das providências indispensáveis à recuperação e reerguimento do sul de Santa Catarina.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Senador Adalberto Sena.

O SR. ADALBERTO SENA (Acre) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Na sessão da última segunda-feira, ao analisar reportagem publicada pelo Jornal do Brasil, registrei nesta Casa uma palavra de advertência e desalento em nome do meu Estado do Acre, especialmente no tocante ao iminente aproveitamento dos seringais em atividades estranhas à tradicional e básica extração do látex ainda fundamental para a sobrevivência e o progresso daquela unidade da Federação.

Logo em seguida, recebi carta do Vereador João Gomes Bezerra, do Município de Xapuri, que reforçou — em termos dramáticos e reais — a verdadeira situação vivida pelos seringueiros da região, forçados a buscar em outro país as condições que lhes são negadas no Brasil para o exercício de sua atividade extrativa.

Não pretendo polemizar sobre a necessidade, a justiça ou não de se explorar borracha pelos sistemas tradicionais — nem pretendo levantar teses sobre a racionalização da heveicultura, posto que isso é assunto muito mais amplo, com graves projeções sobre o futuro da própria Nação. Não aceito, entretanto, que somente os que vivem da borracha sofram vexames por não se adaptarem aos modernos sistemas produtores — enquanto fortunas são investidas na racionalização de setores como a cafeicultura e outros.

Muito já se falou — e pouco se vem fazendo em benefício dos seringueiros e dos seringueiros do meu Estado, em sua atual conjuntura. E as palavras simples e objetivas do vereador e agricultor João Gomes Bezerra, de Xapuri, que passo a ler neste momento, retratam com fidelidade a situação:

“XAPURI, COLÔNIA PORTO MANSO, MORADA SÃO FRANCISCO”

Senhor Adalberto Sena,

O objetivo da presente carta é comunicar que o nosso Acre continua na mesma situação já vista pelo Senhor: os paranaenses e os paulistas devorando as florestas com as derrubadas. E os pobres seringueiros se refugiando no interior da Bolívia, pela inexistência de justiça ou punição por parte do Governo.

Esse desmatamento está acabando com os seringais e com a castanha, em troca de um capim que não tem a menor serventia.

Até uma área de terra dos colonos daqui do Município de Xapuri já foi vendida e seus moradores expulsos pelo policiamento que usou de excessiva autoridade.

O DER-ACRE pára de trabalhar nas rodovias e está fazendo açudes e cercas para os fazendeiros — e os administradores do Estado estão dormindo ou não se importam.

Não tenho ainda dados precisos da Capital ou de outros Municípios — mas de Xapuri transmito notícias, porque estou sempre recebendo queixas como Vereador, além de assistir pessoalmente à má administração, a ponto do povo aqui dizer: “quando duas ou três pessoas estão reunidas, na cidade de Xapuri, estão criticando a má administração”.

(a) JOÃO GOMES BEZERRA
Vereador e Agricultor de Xapuri”.

Como se vê, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a história está se repetindo — só que agora em termos de verdadeira tragédia para a nacionalidade brasileira, que afugenta cidadãos e os força a buscar outro País para desenvolverem a única atividade que conhecem trabalho que durante tantas décadas foi um dos mais poderosos fatores da economia nacional.

Não acredito que qualquer dos Senhores Senadores possa condenar os homens sofridos que, para sobreviver, foram buscar outra nacionalidade — principalmente se considerarmos que esses elementos foram os verdadeiros soldados da borracha ou são descendentes daqueles pioneiros, que conquistaram, consolidaram, confir-

maram a presença do Brasil em terras hoje definitivamente integradas ao nosso território.

Quando o acreano, em sua linguagem simples, fala em “capim que não tem menor serventia”, retrata a perplexidade ante a invasão de seringais sem que o Governo lhe propicie qualquer vislumbre de novas atividades ou de progresso material ou social.

E os “paulistas e paranaenses” acusados de derrubar as florestas estão apenas se aproveitando daquela situação caótica, despertando — assim — o ressentimento por parte do povo humilde, incapaz de identificar as verdadeiras causas de sua tragédia e que, por isso, culpa os empresários acobertados pela omissão e pela aprovação tácita dos que deveriam resguardar os interesses populares.

O Congresso Nacional comemorou, recentemente, o centenário do nascimento de Plácido de Castro, consagrado como o Libertador do Acre.

E os discursos brilhantes pronunciados na ocasião ficara-nos a certeza de que a consciência nacional compreenda a importância da integração daquele Estado na economia brasileira. Mas, aos poucos, vemos que isso não ocorre — e o desalento se alterna com a revolta no coração do acreano ante a falta de cuidados e de atenção por parte das autoridades.

Não vou me alongar nesta ocasião, em que meu objetivo principal foi transmitir aos representantes dos Estados o sofrimento de largos setores do povo acreano.

Porque, no fundo da crise que atinge o Acre, está o problema do crédito e dos incentivos reais à economia, que abordarei dentro de alguns dias nesta tribuna, porque o Brasil precisa tomar conhecimento efetivo do atentado que se pratica contra homens que sempre responderam “PRESENTE” nos momentos em que patriotismo e sua colaboração foram pedidos para o bem comum. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres)— Não há mais oradores inscritos.

Esta Presidência convoca sessão extraordinária do Senado Federal a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA

- 1 -

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 166, de 1974 (nº 215/74, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do nome do Diplomata Geraldo de Heráclito Lima, Embaixador junto à Federação da Nigéria, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República do Daomei.

- 2 -

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem nº 178, de 1974 (nº 235/74, na origem) pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do nome do Doutor João Leitão de Abreu para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Rafael de Barros Monteiro Filho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 55 minutos.)

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

7ª REUNIÃO, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 1974.

Às onze horas do dia vinte e três de maio de mil novecentos e setenta e quatro, na Sala Rui Barbosa, presentes os Senhores Senado-

res Franco Montoro, Otávio Cesário, Guido Mondin, Renato Franco, Heitor Dias e Accioly Filho, reúne-se a Comissão de Legislação Social.

Deixam de comparecer, por motivos justificados, os Senhores Senadores Eurico Rezende e Domício Gondim.

O Senhor Senador Franco Montoro, Presidente da Comissão, constatando a existência de "quorum" regimental, declara aberta a reunião.

Em seguida, o Assistente lê a Ata da reunião anterior que, sem debates, é aprovada.

São relatados os seguintes projetos:

Pelo Senhor Senador Heitor Dias:

Projeto de Lei do Senado nº 31/72 — Estabelece que a sentença normativa da Justiça do Trabalho fixará, também, um piso salarial ou limite mínimo de remuneração para a categoria profissional e dá outras providências.

O parecer é favorável à emenda de Plenário.

Projeto de Decreto Legislativo nº 8/74 — Dispõe sobre aprovação de Protocolo Adicional a Acordo de Migração firmado entre os Governos do Brasil e da Itália.

O parecer conclui favoravelmente ao Projeto.

Pelo Senhor Senador Guido Mondin:

Projeto de Lei do Senado nº 22/74 — Altera o § 4º, do art. 79, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, e dá outras providências.

O Senhor Relator apresenta parecer favorável ao Projeto.

Pelo Senhor Senador Renato Franco:

Projeto de Lei do Senado nº 28/74 — Altera a legislação da Previdência Social e dá outras providências.

O parecer é favorável.

Pelo Senhor Senador Otávio Cesário:

Projeto de Decreto Legislativo nº 9/74 — Aprova o texto da Recomendação nº 139, adotada pela LV Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

O parecer conclui pela aprovação do Projeto.

Os pareceres emitidos, após submetidos à discussão e colocados em votação, são considerados aprovados.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Cândido Hipperitt, Assistente da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

11ª REUNIÃO, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 1974

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e três de maio de mil novecentos e setenta e quatro, na Sala Rui Barbosa, presentes os Senhores Senadores Wilson Gonçalves, Saldanha Derzi, Nelson Carneiro, Magalhães Pinto, Lourival Baptista, Otávio Cesário, Carlos Lindenberg, Accioly Filho, Guido Mondin, João Calmon e Arnon de Mello, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores.

Deixam de comparecer, por motivos justificados, os Senhores Senadores Carvalho Pinto, Jessé Freire, Fernando Corrêa, Dinarte Mariz, José Sarney, Franco Montoro e Danton Jobim.

O Senhor Senador Wilson Gonçalves, Vice-Presidente no exercício da Presidência, ao constatar a existência de número regimental, declara aberta a reunião e o Assistente lê a Ata da reunião anterior que, sem debates, é aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente comunica a presença do Senhor João Baptista Pinheiro, Embaixador do Brasil junto à República Argentina, em visita de cortesia à Comissão de Relações Exteriores.

A reunião se torna secreta e o Assistente toma as providências que manda o Regimento Interno.

Após a exposição do Senhor Embaixador João Baptista Pinheiro, a reunião se torna pública.

O Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Accioly Filho, que emite parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1974, que "Dispõe sobre aprovação de Protocolo Adicional a Acordo de Migração firmado entre os Governos do Brasil e da Itália".

A seguir, o Senhor Senador Lourival Baptista apresenta parecer pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1974, que "Aprova o texto da Recomendação nº 139, adotada pela LV Sessão da Conferência Internacional do Trabalho."

Logo após, o Senhor Senador Nelson Carneiro relata o Projeto de Lei do Senado nº 7, de 1973, que "Autoriza o Poder Executivo a conceder apoio logístico à Exposição Brasileira à Antártica, organizada pelo Clube de Engenharia do Rio de Janeiro."

A conclusão do parecer é pela diligência junto ao Ministério das Relações Exteriores.

Os três pareceres acima, após submetidos à discussão e colocados em votação, por unanimidade são aprovados.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Cândido Hipperitt, Assistente da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

MESA

Presidente:
Paulo Torres (ARENA — RJ)

1º-Vice-Presidente:
Antônio Carlos (ARENA — SC)

2º-Vice-Presidente:
Adalberto Sena (MDB — AC)

1º-Secretário:
Ruy Santos (ARENA — BA)

2º-Secretário:
Augusto Franco (ARENA — SE)

3º-Secretário:
Milton Cabral (ARENA — PB)

4º-Secretário:
Geraldo Mesquita (ARENA — AC)

Suplentes de Secretários:
Luís de Barros (ARENA — RN)
José Augusto (ARENA — MG)
Antônio Fernandes (ARENA — BA)
Ruy Carneiro (MDB — PB)

**LIDERANÇA DA ARENA
E DA MAIORIA**

Líder:
Petrônio Portella (ARENA — PI)

**LIDERANÇA DO MDB
E DA MINORIA**

Líder:
Amaral Peixoto (MDB — RJ)

Vice-Líderes:
Nelson Carneiro (MDB — GB)
Danton Jobim (MDB — GB)

COMISSÕES

Diretora: Helena Ruth Laranjal Farias Rigolon
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 23-6244 e 24-8105 — Ramais 193 e 257

**A) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS
E DE INQUÉRITO****Comissões Temporárias**

Chefe: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 24-8105 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional;
 - 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos;
 - 3) Comissões Especiais e de Inquérito; e
 - 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (artigo 90 do Regimento Comum).
- Assistentes de Comissões:** José Washington Chaves, Ramal 314;
Hugo Antônio Crepaldi, Ramal 672; e Haroldo Pereira Fernandes, Ramal 674.

B) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 24-8105 — Ramais 301 e 313

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Mattos Leão

Titulares	ARENA	Suplentes
Anônio Fernandes		Tarso Dutra
Vasconcelos Torres		João Cleofas
Paulo Guerra		Fernando Corrêa
Otávio Cesário		
Flávio Britto		
Mattos Leão		
	MDB	
Amaral Peixoto		Ruy Carneiro

Assistente: Cláudio Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala Bernardo Pereira de Vasconcelos — Anexo II — Ramal 617

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Clodomir Milet
Vice-Presidente: Teotônio Vilela

Titulares	ARENA	Suplentes
José Guimard		Saldanha Derzi
Teotônio Vilela		Osires Teixeira
Dinarte Mariz		Lourival Baptista
Wilson Campos		
José Esteves		
Clodomir Milet		
	MDB	
Ruy Carneiro		Franco Montoro

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala Coelho Rodrigues — Anexo II — Ramal 613

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)
(13 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Accioly Filho

Titulares	ARENA	Suplentes
José Lindoso		Eurico Rezende
José Sarney		Osires Teixeira
Carlos Lindenberg		João Calmon
Helvídio Nunes		Lenoir Vargas
Itálvio Coelho		Vasconcelos Torres
Mattos Leão		Carvalho Pinto
Heitor Dias		
Gustavo Capanema		
Wilson Gonçalves		
José Augusto		
Daniel Krieger		
Accioly Filho		
	MDB	
Nelson Carneiro		Franco Montoro

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala Clóvis Bevilacqua — Anexo II — Ramal 623.

COMCSSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Ruy Carneiro

Titulares	ARENA	Suplentes
Dinarte Mariz		Carlos Lindenberg
Eurico Rezende		Luiz Cavalcante
Cattete Pinheiro		Waldemar Alcântara
Otávio Cesário		José Lindoso
Osires Teixeira		Wilson Campos
Fernando Corrêa		
Saldanha Derzi		
Heitor Dias		
Antônio Fernandes		
José Augusto		
Ruy Carneiro	MDB	Nelson Carneiro

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 303
Reuniões: Quartas-feiras, às 09:00 horas
Local: Sala Eptácio Pessoa — Anexo II — Ramal 615**COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)**

(11 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Magalhães Pinto
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares	ARENA	Suplentes
Magalhães Pinto		José Augusto
Vasconcelos Torres		Benedito Ferreira
Wilson Gonçalves		Flávio Britto
Jessé Freire		Leandro Maciel
Arnon de Mello		
Teotônio Vilela		
Paulo Guerra		
Renato Franco		
Helvídio Nunes		
Luiz Cavalcante		
Franco Montoro	MDB	Amaral Peixoto

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala Bernardo Pereira de Vasconcelos — Anexo II — Ramal 617**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Gustavo Capanema
Vice-Presidente: João Calmon

Titulares	ARENA	Suplentes
Gustavo Capanema		Arnon de Mello
João Calmon		Helvídio Nunes
Tarso Dutra		José Sarney
Benedito Ferreira		
Cattete Pinheiro		
Jarbas Passarinho		
Benjamim Farah	MDB	Franco Montoro

Assistente: Marcello Zamboni — Ramal 306
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala Eptácio Pessoa — Anexo II — Ramal 615**COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)**

(17 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: João Cleofas
Vice-Presidente: Virgílio Távora

Titulares	ARENA	Suplentes
Celso Ramos		Cattete Pinheiro
Lourival Baptista		Italvídio Coelho
Saldanha Derzi		Daniel Krieger
Benedito Ferreira		Jarbas Passarinho
Alexandre Costa		Dinarte Mariz
Fausto Castelo-Branco		Eurico Rezende
Lenoir Vargas		Flávio Britto
Jessé Freire		Emival Caiado
João Cleofas		
Carvalho Pinto		
Virgílio Távora		
Wilson Gonçalves		
Mattos Leão		
Tarso Dutra		

Amaral Peixoto	MDB	Nelson Carneiro
Ruy Carneiro		
Danton Jobim		

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala Bernardo Pereira Vasconcelos — Anexo II — Ramal 617**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Franco Montoro
Vice-Presidente: Heitor Dias

Titulares	ARENA	Suplentes
Heitor Dias		Wilson Campos
Domício Gondim		Accioly Filho
Renato Franco		José Esteves
Guido Mondin		
Osires Teixeira		
Eurico Rezende		

Franco Montoro	MDB	Danton Jobim
----------------	-----	--------------

Assistente: Cândido Hipert — Ramal 676
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala Ruy Barbosa — Anexo II — Ramal 624**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Arnon de Mello
Vice-Presidente: Nelson Carneiro

Titulares	ARENA	Suplentes
Arnon de Mello		Paulo Guerra
Luiz Cavalcante		Antônio Fernandes
Leandro Maciel		José Guimard
Jarbas Passarinho		
Domício Gondim		
Lenoir Vargas		

Nelson Carneiro	MDB	Danton Jobim
-----------------	-----	--------------

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala Coelho Rodrigues — Anexo II — Ramal 613

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)
(5 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Carlos Lindenberg
Vice-Presidente: Danton Jobim

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Carlos Lindenberg		Lourival Baptista
José Lindoso		Wilson Gonçalves
José Augusto		
Cattete Pinheiro		
	MDB	
Danton Jobim		Ruy Carneiro

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala Coelho Rodrigues — Anexo II — Ramal 613

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)
(15 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Carvalho Pinto
Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Carvalho Pinto		Emival Caiado
Wilson Gonçalves		Fausto Castelo-Branco
Jessé Freire		Carlos Lindenberg
Fernando Corrêa		José Lindoso
Dinarte Mariz		Guido Mondin
Arnon de Mello		Cattete Pinheiro
Magalhães Pinto		Virgílio Távora
Accioly Filho		Otávio Cesário
Saldanha Derzi		
José Sarney		
Lourival Baptista		
João Calmon		
	MDB	
Franco Montoro		Amaral Peixoto
Danton Jobim		
Nelson Carneiro		

Assistente: Cândido Hipperdt — Ramal 676
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala Ruy Barbosa — Anexo II — Ramal 621

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Fernando Corrêa
Vice-Presidente: Fausto Castelo-Branco

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Fernando Corrêa		Saldanha Derzi
Fausto Castelo-Branco		Wilson Campos
Cattete Pinheiro		Clodomir Milet
Lourival Baptista		
Luís de Barros		
Waldemar Alcântara		
	MDB	
Benjamim Farah		Ruy Carneiro

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala Ruy Barbosa — Anexo II — Ramal 621

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Waldemar Alcântara
Vice-Presidente: José Guimard

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Waldemar Alcântara		Alexandre Costa
José Lindoso		Celso Ramos
Virgílio Távora		Jarbas Passarinho
José Guimard		
Flávio Britto		
Vasconcelos Torres		
	MDB	
Benjamim Farah		Amaral Peixoto

Assistente: Marcello Zamboni — Ramal 306
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala Clóvis Bevilacqua — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Benjamim Farah
Vice-Presidente: Tarso Dutra

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Tarso Dutra		Magalhães Pinto
Celso Ramos		Gustavo Capanema
Osires Teixeira		Paulo Guerra
Heitor Dias		
Jessé Freire		
	MDB	
Benjamim Farah		Amaral Peixoto

Assistente: Cláudio Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala Bernardo Pereira de Vasconcelos — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Leandro Maciel
Vice-Presidente: Alexandre Costa

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Leandro Maciel		Dinarte Mariz
Alexandre Costa		Luís de Barros
Luiz Cavalcante		Virgílio Távora
Lenoir Vargas		
Benedito Ferreira		
José Esteves		
	MDB	
Danton Jobim		Benjamim Farah

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala Ruy Barbosa — Anexo II — Ramal 621

AS OBRAS EDITADAS PELA SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (ANTIGA DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA) DEVEM SER SOLICITADAS A ESSA SUBSECRETARIA. (SENADO FEDERAL — ANEXO I — 11º ANDAR)

70.000 — PRAÇA DOS TRÊS PODERES — BRASÍLIA-DF

“MANUAL DE ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA MUNICIPAL”

Volume com 64 páginas — Preço Cr\$ 5,00

ÍNDICE

- I — Da Filiação Partidária
- II — Convocação da Convenção Municipal
- III — Registro das Chapas
- IV — Impugnação do Registro
- V — Instalação e Funcionamento da Convenção
- VI — Ata da Convenção
- VII — Dos Livros do Partido
- VIII — Dos Diretórios Municipais
- IX — Das Comissões Executivas
- X — Dos Delegados dos Diretórios
- XI — Do Registro dos Diretórios
- XII — Dos Municípios sem Diretórios
- XIII — Prazo de filiação para concorrer às eleições municipais de 1972
- XIV — Diretórios Distritais e órgãos de cooperação

ANEXO

- a) Modelo nº 1 — Edital de Convocação da Convenção Municipal
- Modelo nº 2 — Notificação de Convencional para comparecer à Convenção
- Modelo nº 3 — Requerimento de Registro de Chapas
- Modelo nº 4 — Autorização coletiva para inscrição de candidato
- Modelo nº 5 — Ata da Convenção
- Modelo nº 6 — Termos de Abertura e Encerramento
- Modelo nº 7 — Edital de Convocação de Diretório Municipal
- Modelo nº 8 — Notificação aos membros do Diretório
- Modelo nº 9 — Requerimento ao Juiz Eleitoral indicando os Delegados
- b) RESOLUÇÃO nº 9.058, de 3 de setembro de 1971, do Tribunal Superior Eleitoral

REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

1972 — Cr\$ 10,00

ANAIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967

OBRA ELABORADA PELA
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
(antiga DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA)
COMPREENDEM 7 VOLUMES — PREÇO — Cr\$ 74,00

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

QUADRO COMPARATIVO — PREÇO — Cr\$ 8,00

DIRETRIZES E BASES PARA O ENSINO — TOMOS I e II

LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971
Preço — Cr\$ 30,00

REFORMA AGRÁRIA — TRÊS VOLUMES

PREÇO DOS TRÊS VOLUMES — Cr\$ 30,00

REGIMENTO INTERNO E TABELA DE CUSTAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM ÍNDICE E LEGISLAÇÃO CITADA

VOLUME COM 104 PÁGINAS — PREÇO Cr\$ 5,00

Faça sua assinatura do

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO,
ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL,
PAGÁVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes

Caixa Postal 1.203

Brasília — DF

PREÇOS DAS ASSINATURAS

Via-Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00

Ano Cr\$ 200,00

Via-Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

O PREÇO DO EXEMPLAR ATRASADO SERÁ ACRESCIDO DE Cr\$ 0,30

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Editada pelo Senado Federal
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
Direção: LEYLA CASTELLO BRANCO RANGEL

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 33 (janeiro a março de 1972)

SUMÁRIO

HOMENAGEM

Senador Milton Campos

COLABORAÇÃO

"Fontes do Direito em suas modalidades fundamentais"

Senador Franco Montoro

"As sociedades por quotas de responsabilidade limitada, no Direito Português e no Direito Brasileiro"

Prof. Otto Gil

"Atribuições do Ministério Público no Código de Processo Penal"

Dr. Márcio Antônio Inacaratto

"Do pagamento por consignação nas obrigações em dinheiro"

Des. Domingos Sávio Brandão Lima

"O adicional insalubridade-periculosidade e o Decreto-Lei 389"

Prof. Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena

"Direito do Trabalho e o Direito Penitenciário"

Dra. Carmen Pinheiro de Carvalho

"Moral, Direito, Profissão"

Prof. Antônio Augusto de Mello Cançado.

PESQUISA

"O Senado do Império e a Abolição"

Walter Faria

DOCUMENTAÇÃO

"Consolidação das Leis do Trabalho"

Caio Torres

PUBLICAÇÕES

Obras editadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 34 (abril a junho de 1972)

SUMÁRIO

COLABORAÇÃO

"O papel do Parlamento no Estado Moderno"

Senador Cattete Pinheiro

"A formação e o treinamento de professores e especialistas do ensino de 1º grau e a valorização do professor"

Deputado Aderbal Jurema

"Direito à própria imagem"

Prof. Antônio Chaves

"Prevenção do delito e tratamento dos delinquentes"

Prof. Armida Bergamini Miotto

"O estado de necessidade"

Prof. Luiz Vicente Carnicchiari

"A imprensa, sua missão e liberdade"

Prof. Almir de Oliveira

"A negociação coletiva no Brasil"

Prof. Hugo Gueiros Bernardes

"Os princípios da legalidade e da anualidade dos tributos nas Constituições brasileiras"

Gutenberg Lima Rodrigues e Maria Ignez Brown Rodrigues

"Aspectos de transplante inadequado à realidade brasileira na Constituição de 1891"

Sara Ramos de Figueiredo

PESQUISA

"As novas leis da Previdência Social Rural e a legislação precendente"

Ana Valdez Ayres Neves de Alencar

DOCUMENTAÇÃO

"Voto Distrital"

PUBLICAÇÕES

Obras Editadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 35 (julho a setembro de 1972)

SUMÁRIO

COLABORAÇÃO

"Anteprojeto do Código Civil"

Prof. Miguel Reale

"Questões prévias em ações acidentárias"

Dr. Paulo Guimarães de Almeida

"Em torno do empréstimo compulsório"

Dr. José Francisco Paes Landim

"Fundo de Garantia do Tempo de Serviço: finalidades sociais e econômicas"

Dr. Edmo Lima de Marça

"Um estudo sobre o domínio das terras do Planalto Central do Brasil"

Prof. José Dilermando Meireles

"As Bolsas de Valores"

Prof. Márcio Antônio Inacaratto

"A teoria da imprevisão (rebus sic stantibus) não deve abalar a seriedade dos negócios"

Dr. Irenêo Joffily

"A reforma do currículo do Direito: benefícios e malefícios"

Prof. Roberto Rosas

"Natureza jurídica das contribuições sociais"

Prof. José Alfredo de Oliveira Baracho

PROCESSO LEGISLATIVO

"Comissões Parlamentares de Inquérito"

Jesse de Azevedo Barquero

PESQUISA

"Aborto"

Ana Valdez Ayres Neves de Alencar

PUBLICAÇÕES

Obras editadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 36 (outubro a dezembro de 1972)

Número especial contendo conferências e teses apresentadas no VIII Congresso Interamericano de Filosofia, realizado em Brasília, de 30 de outubro a 4 de novembro de 1972.

PUBLICAÇÕES

Obras editadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas.

Os pedidos devem ser endereçados à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS - SENADO FEDERAL
ANEXO I - 11º ANDAR - 70.000 - PRAÇA DOS TRÊS PODERES
BRASÍLIA - DF

ANAIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967

OS ANAIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967, obra elaborada pela **Subsecretaria de Edições Técnicas** (antiga Diretoria de Informação Legislativa), e impressa pelo **Centro Gráfico do Senado Federal**, compreendem 7 volumes em feição inteiramente nova, diversa do estilo tradicional de Anais.

Ao quadro comparativo (Projeto de Constituição de 1967 — Constituição de 1964 — Emendas Constitucionais e Atos Institucionais) distribuído aos Senhores Congressistas no início da discussão e votação da nova Constituição, seguem-se, agora, os demais volumes dos Anais.

1º VOLUME: Edição 1967 — 420 págs. — Preço: Cr\$ 6,00. Antecedentes da Constituição através do noticiário da imprensa.

Neste volume são divulgadas as principais manifestações da imprensa brasileira, no decorrer do ano de 1966, em editoriais, crônicas, entrevistas e reportagens, abordando a reforma constitucional desde a indicação da Comissão de Juristas; o texto do Anteprojeto da Comissão de Juristas; as divergências ocorridas entre os membros daquela Comissão; as manifestações de Congressistas e constitucionalistas face ao problema da outorga, eleição de uma Assembléia Constituinte ou ato convocatório do atual Congresso; o papel desempenhado pelos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Senador Moura Andrade e Deputado Aducto Lúcio Cardoso, em defesa da independência e soberania do Poder Legislativo, críticas e sugestões ao Projeto de Constituição e análise dos Capítulos do Projeto originário do Executivo e remetido ao Congresso em 12 de dezembro de 1966.

2º VOLUME: Edição 1967 — 432 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Primeira fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional — Discussão e votação do Projeto.

Este volume contém os pronunciamentos dos parlamentares nas 18 sessões conjuntas realizadas de 12 a 21 de dezembro de 1966 para discussão e votação do Projeto de Constituição.

Focaliza as manifestações referentes à matéria constitucional, fornecendo, para facilitar as pesquisas, índices de sessões, autores (de discursos, apartes, declarações de voto e questões de ordem) — com pequeno resumo dos temas abordados — e ainda um índice de assuntos.

3º VOLUME: Edição 1968 — 202 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Discursos pronunciados em sessões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Discursos pronunciados antes do envio do Projeto da nova Constituição ao Congresso Nacional, assim como aqueles referentes ao período da convocação extraordinária do Congresso, com uma cobertura completa dos trabalhos constitucionais, a partir de 29-11-66 até 11-1-67.

4º VOLUME: Edição 1968 — 1.192 págs. (2 tomos) — Preço: Cr\$ 20,00. Num total de 945 págs. Segunda fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional.

Discussão e votação das emendas. Contém os pronunciamentos ocorridos nas sessões conjuntas realizadas de 5 a 24 de janeiro de 1967 para discussão e votação das emendas ao Projeto e promulgação da nova Constituição.

5º VOLUME: Edição 1969 — 746 págs. — Preço: Cr\$ 10,00. Comissão Mista.

Contém as reuniões realizadas pela Comissão Mista encarregada de emitir parecer sobre o Projeto de Constituição e as emendas que lhe foram oferecidas.

6º VOLUME: Edição 1969 — 1.076 págs. (2 tomos) — Preço: Cr\$ 20,00. Emendas oferecidas ao Projeto de Constituição.

Este volume apresenta cada emenda com a respectiva justificação e sua tramitação detalhada: pareceres (dos Sub-Relatores, do Relator-Geral e da Comissão Mista), requerimentos (destaque, preferência, votação conjunta) e votação. É feita a remissão ao 4º volume da obra, com indicação nas páginas.

7º VOLUME: Edição 1970 — Quadro Comparativo.

Constituição de 1967 projeto originário do Poder Executivo — Emendas aprovadas, artigo por artigo. Volume com 282 páginas. Preço: Cr\$ 8,00.

Os pedidos devem ser endereçados à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL
ANEXO I — 11º ANDAR — 70.000 — PRAÇA DOS TRÊS PODERES — BRASÍLIA — DF

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50